



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ESCRITOR JOSÉ LINS DO RÊGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

SAULO DE TARSO DE OLIVEIRA GOMES

**AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS EM ARQUIVOS PESSOENSES:
CONTRIBUIÇÕES EM UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL**

JOÃO PESSOA

2024

SAULO DE TARSO DE OLIVEIRA GOMES

**AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS EM ARQUIVOS PESSOENSES:
CONTRIBUIÇÕES EM UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Área de concentração: Arquivologia e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos

**JOÃO PESSOA
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633a Gomes, Saulo de Tarso de Oliveira.
Ações educativo-culturais em arquivos pessoais
[manuscrito] : contribuições em uma perspectiva anticolonial /
Saulo de Tarso de Oliveira Gomes. - 2024.
45 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dra. Eliete Correia dos Santos,
Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA".

1. Arquivo Público. 2. Difusão em Arquivos. 3. Arquivos em
João Pessoa. 4. Diversidade em Arquivos. I. Título

21. ed. CDD 027.04

SAULO DE TARSO DE OLIVEIRA GOMES

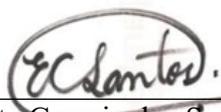
**AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS EM ARQUIVOS PESSOENSES:
CONTRIBUIÇÕES EM UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

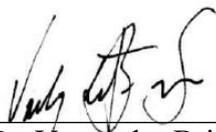
Área de concentração: Arquivologia e Sociedade

Aprovada em: 12/11/2024.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Vancárder Brito Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Wiliana de Araújo Borges
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)

DEDICATÓRIA

Aos professores do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, em especial a Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos e a Profa. Ma. Esmeralda Porfírio de Sales, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos Deuses que ao longo do caminho me concederam bênçãos, assim como me fornecem força, perseverança e resiliência para continuar a jornada.

Agradeço a Thiago pelo amor, incentivo, companheirismo, lealdade, e claro, pelas refeições deliciosas, e pela revisão final do texto.

Agradeço a Ívyna, amiga querida e de longa data, pelas escutas, conselhos e abraços. Também pelo amor e lealdade.

Agradeço a Paulinha, amiga estimada e quase gêmea, pelas palavras ditas/não ditas, pelo suporte encontrado e pela casa onde em visita encontrei acolhimento.

Agradeço também o importante apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, PIBIC/CNPq-UEPB.

Agradeço imensamente as contribuições e as considerações realizadas pela banca, a Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos, minha orientadora, o Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa e a Ma. Wiliana de Araújo Borges.

RESUMO

Observa-se que arquivos públicos no desenvolvimento da função da difusão realizam ações educativo-culturais, mas não se sabe se nelas há uma perspectiva anticolonial, com isso, a nossa pergunta-problema é: os arquivos refletem a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história? Posto isso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar se os arquivos refletem a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história a partir do acesso ao cidadão, para isso investigando instituições arquivísticas que realizam ações educativo-culturais no município de João Pessoa, no estado da Paraíba. A metodologia adotada foi uma abordagem qualitativa com um viés exploratório e descritivo. Formulamos também uma entrevista semiestruturada a ser feita com os gestores dos arquivos, essa que trataria de cinco critérios, a saber: racismo; povos indígenas, mulheres; intolerância religiosa e violência de gênero. As instituições pesquisadas foram o Arquivo dos Governadores Fundação Casa de José Américo; Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba; Universidade Federal da Paraíba – Arquivo Central; e Fundação Espaço Cultural – Arquivo Histórico Waldemar Duarte. O resultado demonstra que as instituições discorrem sobre os critérios estabelecidos, mas por diversas limitações, a exemplo da falta de pessoal e de capital, as ações educativo-culturais não são realizadas a contento. Conclui-se que existem temáticas que são abordadas, tais quais: Povos indígenas e Mulheres; e outras que são totalmente negligenciadas, como “Intolerância religiosa”, “Violência de gênero” e “Racismo” nas ações executadas.

Palavras-chave: Arquivo Público. Difusão em Arquivos. Arquivos em João Pessoa. Diversidade em Arquivos.

ABSTRACT

It is observed that public archives, in the development of their dissemination function, carry out educational-cultural actions, but it is not known whether there is an anti-colonial perspective in them, so our question is: do archives reflect the diversity of subjects and cultures that shape our society and our history? That said, the general objective of this research is to analyze whether archives reflect the diversity of subjects and cultures that shape our society and our history through access to citizens, to this end by investigating archival institutions that carry out educational-cultural actions in the municipality of João Pessoa, in the state of Paraíba. The methodology adopted was a qualitative approach with an exploratory and descriptive view. We also formulated a semi-structured interview to be carried out with the archive managers, which would address five criteria, namely: racism; indigenous peoples, women; religious intolerance and gender violence. The institutions researched were the Archive of Governors Fundação Casa de José Américo; Citizenship and Human Rights Center; Regional Superintendence of Labor and Employment in Paraíba; Federal University of Paraíba – Central Archive; and Cultural Space Foundation – Waldemar Duarte Historical Archive. The result demonstrates that institutions discuss the established criteria, but due to various limitations, such as lack of personnel and capital, educational-cultural actions are not carried out satisfactorily. It is concluded that there are themes that are addressed, such as: Indigenous peoples and women; and others that are totally neglected, such as “Religious intolerance”, “Gender violence” and “Racism” in the actions carried out.

Keywords: Public Archive. Diffusion in Archives. Archives in João Pessoa. Diversity in Archives.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. Difusão da informação em arquivos.....	11
2.2. Epistemologias anticoloniais.....	19
3. TRILHA METODOLÓGICA.....	24
3.1 Caracterização da pesquisa.....	24
3.2 Protocolo de coleta de dados: fontes de informação, universo e amostra.....	26
3.3 Procedimentos de análise e categorias.....	30
4 A VERDADE DESARQUIVADA: RESULTADOS E CRÍTICAS.....	32
5 AMPLIANDO OS OLHARES: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	41

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos têm uma importância fundamental para um país, uma vez que são os responsáveis pelos atos de classificar, avaliar, descrever, preservar, recolher e difundir as documentações (de arquivos) produzidas pelo Estado no desempenho de suas funções, podendo concomitantemente produzir, e em outra medida e juntamente a isso, atuando enquanto zeladores da memória e da história, afinal, através de pesquisas em seus acervos podemos descobrir, lembrar e aprofundar os mais variados acontecimentos sociais através das informações encontradas neles.

Por toda essa complexidade e acúmulo de funções executadas pelos arquivos, o próprio Estado toma para si a responsabilidade de proteger os documentos de arquivos. Não à toa que o legislador exprimi na Lei nº 8.159, promulgada em 8 de janeiro de 1991, essa que delibera acerca da política brasileira de arquivos públicos e privados, que é “dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (Brasil, 1991).

Dessa forma, de maneira generalista, apesar de socialmente e popularmente os arquivos serem confinados ao exclusivo papel de depósitos de documentos, bem como da Arquivologia ser tida apenas como área de suporte à Administração e à História, diante do que foi exposto acima podemos perceber a grandiosidade que os arquivos e a própria área detém, através de suas competências e da sua multidisciplinaridade podendo (e devendo) ser vistos e respeitados tais quais as bibliotecas e museus nas questões referentes à educação e à cultura. Nessa encruzilhada de sentimentos e possibilidades que a função da difusão se encontra.

O debate sobre a difusão da informação entra na seara do exercício da cidadania e das ações educativo-culturais que os arquivos podem ou deveriam exercer, por isso este trabalho se propôs a investigar a respeito das ações educativo-culturais desempenhadas pelas instituições arquivísticas paraibanas. Este trabalho também é fruto de uma pesquisa PIBIC¹, cota 2023-2024, intitulado “Ações educativo-culturais e metodologias decoloniais em arquivos: um olhar para a diversidade dos sujeitos e das culturas”, em que fui bolsista CNPq-UEPB.

Diante disso, a nossa pergunta-problema é: os arquivos refletem a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história?

¹ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Programa financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que fomenta a pesquisa científica entre discentes de graduação.

Este trabalho tem por justificativa acadêmica a necessidade da ampliação da compreensão de que temos a respeito da ciência, modelo catedrático, engessado e eurocentrista, e aqui não no entendimento de descartar o que já temos, mas de não ser o único formato válido (Santos, 2022a). Por justificativa social, temos o de combater os apagamentos e os silenciamentos históricos dos sujeitos outrora colonizados e que hoje buscam o reconhecimento das suas participações na construção deste país. Por justificativa pessoal, temos o de agora, nós mesmos, um homem negro, ser o próprio autor de uma produção científica e não mais apenas um objeto de estudo.

O objetivo geral deste trabalho é analisar se os arquivos refletem a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história a partir do acesso ao cidadão.

Pelos específicos, temos:

- Analisar como está materializada a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história;
- Apontar implicações quanto à formação cidadã de usuários resultante das atividades investigadas.

Os estudos anticoloniais², ou as metodologias anticoloniais, vêm com a proposta da possibilidade de analisarmos e compreendermos o mundo a partir de outros lugares para além do que já temos enquanto funcionais ou “normais”, esses arraigados ao capitalismo, portanto, as visões de mundo ligadas ao colonialismo, ao racismo e ao patriarcado.

Para uma organização mais clara, este trabalho está organizado da seguinte maneira: 1) Introdução; 2) Referencial teórico, em que trataremos da questão da difusão e das epistemologias anticoloniais; 3) Trilha metodológica, em que discutiremos os caminhos traçados a fim de responder à pergunta-problema e para alcançar os objetivos determinados; 4) A verdade desarquivada: resultados e críticas, em que explanaremos a respeito dos dados e das informações obtidas juntamente com uma análise; 5) Ampliando os olhares: Considerações

² Academicamente há algumas diferenças entre os termos “metodologias decoloniais” e “metodologias anticoloniais”, pois enquanto o primeiro foca na crítica e na desconstrução das estruturais coloniais remanescentes, fomentando assim novas perspectivas de conhecimentos e de reinterpretações do passado, com foco na justiça social; o segundo, por sua vez, é voltado à resistência ativa contra as opressões e dominações coloniais, enfatizando a luta contra as estruturas coloniais e promovendo a autonomia dos povos. Aqui fazemos o uso do termo “anticolonial”/“anticoloniais” em um sentido agregador dos termos presentes neste trabalho como “decoloniais”, “descoloniais”, “pós-colonial” e “epistemologias do Sul”, bem como o faz Boaventura de Sousa Santos na sua obra “Descolonizar: abrindo a história do presente”. Acreditamos que os termos impõem lugares de partida diferentes, mas que não são excludentes ou se sobrepujam; ao contrário, se encontram na encruzilhada de sentidos e fins. Se não há como ter espaço para desconstruções coloniais e reinterpretações do passado sem lutas ativas contra a tríade da dominação, tampouco há espaço para lutas ou resistências sem a base criativa de novos conhecimentos.

finais, em que vamos reaver e pontuar o que levantamos ao longo da pesquisa de maneira a traçar as nossas considerações finais; e 6) Referências. A seguir, no capítulo 2 “Referencial Teórico”, levantaremos as produções e os autores nos quais nos respaldamos para produzir este trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Difusão da informação em arquivos

Nesta seção, há uma introdução, uma contextualização e uma discussão a respeito da difusão, uma das funções arquivísticas, essa que dentre outras responsabilidades, tem por objetivo dar acesso aos documentos de arquivos àqueles que os procurem. A contextualização é feita mencionando as três categorias de serviços; segundo Bellotto (2006), assim como trazendo um panorama do exercício da difusão nos estados brasileiros e também nos arquivos presentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, no estado da Paraíba.

Apesar de na literatura científica da Arquivologia não haver consenso sobre quando a manifestação da técnica arquivística surgiu, havendo perspectivas que vão desde o registro das artes rupestres nas cavernas à origem da escrita (Calderon, 2013), não podemos negar que a escrita teve (e tem) em si um fator mais potencializador à epistemologia da área, uma vez que carrega em si o poder da curadoria, da educação, da reprodução e da disseminação das informações. Dessa maneira, tomaremos esse parâmetro como princípio fundamental.

A técnica arquivística remonta ao fazer dos escribas na África, sendo os gestores de informações no Egito Antigo, aqueles responsáveis pelo tratamento dos assuntos reais, religiosos, pedagógicos, administrativos e econômicos, tanto na forma oral quanto na escrita (Ramos, 2018). Por sua vez, agora já enquanto instituição, os arquivos têm sua provável gênese na civilização grega, na Europa, em que a guarda documental era de interesse dos atenienses – e a prova disso são os registros dos filósofos clássicos, como Sócrates (Schellenberg, 2006).

Logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares. Surgiram, assim, os arquivos, destinados não só à guarda dos tesouros culturais da época, como também à proteção dos documentos que atestavam a legalidade de seus patrimônios, bem como daqueles que contavam a história de sua grandeza (Paes, 2004, p. 15-16).

Os arquivos assim se configuram como mantenedores dos documentos do Estado, preservando e disponibilizando os registros das ações desempenhadas por aqueles que agem em seu nome, e através do exercício da sua função pública, apoiando à educação, à cultura, à memória e à história. No transcorrer do tempo associado ao desenvolvimento da Arquivologia, junto com novas perspectivas a respeito da área, os arquivos estão abandonando cada vez mais

o estigma de serem apenas um repositório documental para conquistar também um viés de *locus* cultural (Santos; Borges; 2014).

Na esfera da Administração Pública, os arquivos já conquistaram a sua importância, até porque uma das suas finalidades é de servir como suporte a ela, reconhecidamente no tocante ao gerenciamento documental, mas também no acesso à informação – afinal, é direito de todo e qualquer cidadão o acesso às informações pertinentes a ele e do seu interesse, desde que não haja limitações administrativas e jurídicas para tal. A Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamenta e inova ao dissecar minuciosamente cada detalhe do ato de dar e do ter acesso às informações, a exemplo do Art. 3º vide abaixo:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Cabendo ao arquivo enquanto instituição organizar, preservar e disponibilizar informações, no pormenor executando suas funções essenciais, a saber: produção; classificação; avaliação; descrição; preservação; recolhimento e difusão; é essencial compreender que a difusão adota para si tanto a premissa da disponibilização de documentos e de informações para os usuários interessados, mas também no ato de refletir nas maneiras que essas ações ocorrem, pois recai sobre ela a intencionalidade de alavancar o arquivo socialmente e de provocar nos cidadãos a noção que o arquivo também é espaço de educação e de cultura.

Simultaneamente, Brandão (2023, p.10) nos alerta que:

A difusão consolida a função vital dos arquivos tornando-os acessíveis à sociedade em todas as esferas. Quando enfatizamos o acesso à informação, encontramos amparo na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula e garante o acesso às informações como direito fundamental. Portanto, sendo esse acesso um direito indispensável, é necessário fazê-lo conhecido junto à sociedade, sobretudo através da educação, como meio de divulgação e propagação do real valor dos arquivos no contexto social

O não reconhecimento da vinculação dos arquivos com a educação é de múltiplas causas e aqui não pretendemos expor e esgotar todas elas, mas dentre elas existe a noção que arquivo é morto, lugar apenas de recolhimento e depósito documental, servente exclusivamente

e unicamente para questões burocráticas pontuais. Contrariamente a essa ideia, os arquivos são vivos, e assim como as bibliotecas e os museus, eles têm a competência, a capacidade e a possibilidade de contribuir com a educação e com a cultura da população, pois em seus acervos repousam também a Memória e a História do país.

Por mais que autores, como Rodrigues e Gomes (2021), façam uma distinção entre ações educativas e ações culturais, uma vez ações educativas têm no seu cerne a aprendizagem e nem toda ação cultural englobe esse propósito, nas práticas diárias em arquivos, ambas se relacionam (Brandão, 2023), já que elas têm por objetivo “a construção do conhecimento e o acesso à cultura por meio da informação” (Santos; Borges, 2014, p. 317-318). Dito isso, podemos dizer que ações educativo-culturais são atividades que são desenvolvidas com o propósito de conduzir a sociedade às questões educativas e culturais.

Da mesma maneira que não existe “o aluno”, mas, sim, alunos e que não existe apenas uma metodologia de ensino-aprendizagem, mas metodologias, precisamos frisar que na práxis da difusão não se pensa em um único modelo de ações para um público uniforme, pois na verdade esse público é diverso. Pensamos em alternativas e em possibilidades de execução já que o público é composto de diferentes *backgrounds*³, e mais, na necessidade de adequação aos usuários (limitações mentais, físicas etc.), nas avaliações dessas ações e nos feedbacks, ou seja, são ações em que há necessidade de planejamento.

Sobre o papel dos arquivistas nesse contexto devemos nos atentar que:

As contribuições advindas desses profissionais da informação abrem espaço para uma atuação mais voltada para o lado lúdico, ao proporcionar ações no âmbito educacional, cultural e turístico. É necessário um bom planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de modo que sejam sistematizadas e avaliadas constantemente e se façam ajustes e correções ao longo dos projetos, assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados (Cabral, 2012, p.37).

Nesse caminho, trazemos ainda Senturk (2013) que toca na questão da importância do investimento na literacia acerca da história e do pensamento crítico; Huntley (2013) que pontua a possibilidade de diálogo entre arquivos e escolas no ensino fundamental e médio atuando no próprio desenvolvimento do alunado; e Cabral (2012) que propõe que as ações desenvolvidas tornem os usuários ativos e não apenas consumidores. Bellotto (2006) contribui dizendo que existem três categorias de serviços dentre a função da difusão que podem ser trabalhados, que são os serviços editoriais, a difusão cultural e os serviços educativos.

³ Backgrounds é um termo em língua inglesa que em português significa literalmente planos de fundo. Para este trabalho também significa contextos ou históricos.

Quadro 1: Quadro contendo as três categorias de serviços segundo Bellotto (2006)

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
Serviços editoriais	“São publicações, canais comunicantes, que disseminam a informação sobre produtos e serviços do arquivo. (p. 229).”
Difusão cultural	“São atividades desenvolvidas de dentro para fora através da cultura. Desta maneira, utilizando-se de novas formas de divulgação da documentação do arquivo. (p. 228).”
Serviços educativos	“Atividades com fins didáticos que visam aproximar o público escolar (ensino fundamental e médio) do arquivo. Esta integração promove o contato direto dos alunos com a documentação base, a fim de proporcioná-los outros meios de aprendizagem, dessa forma, instigá-los a pesquisa. (p. 230-234).”

Fonte: Quadro adaptada de Pessoa (2022).

Em seus trabalhos sobre o assunto, Pessoa (2022) e Brandão (2023) aprofundam a relação entre a difusão e os arquivos, investigando se há ações educativo-culturais nos arquivos lusófonos e realizando um apanhado das atividades que porventura são executadas neles, bem como se contam com presença on-line, seja através de website institucional ou página dedicada. Para o nosso interesse aqui vamos nos ater apenas aos arquivos brasileiros, por isso usaremos como base para a análise as pesquisas já realizadas pelos autores mencionados acima, desenvolvendo o quadro abaixo⁴ com base em seus trabalhos.

Quadro 2: Panorama das ações educativo-culturais nos arquivos estaduais brasileiros

Nº	UF	Nome	Website institucional?	Ações educativo-culturais?	Quais são?
1	AC	Divisão de Arquivo Público do Estado do Acre	Não	Não	-
2	AM	Arquivo Público do Estado do Amazonas	Sim	Sim	Eventos.

⁴ Brandão em seu trabalho fez uma categorização dos arquivos que não responderam a sua pesquisa sobre iniciativas educativo-culturais com “não consta” e “não possui” no caso do Estado de Tocantins, por ele não possuir um arquivo estruturado. Todavia, neste trabalho, por seu objetivo, classificamos esses casos apenas como “não”.

3	AP	Centro de Memória, Documentação Histórica e Arquivo	Não	Não	-
4	PA	Arquivo Público do Estado do Pará	Sim	Sim	Visita guiada, seminários, oficinas e Projeto: “Exposição de documentos itinerante”.
5	RO	Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia	Não	Não	-
6	RR	Arquivo Estadual de Roraima	Não	Não	-
7	TO	-	-	-	-
8	AL	Arquivo Público de Alagoas	Sim	Sim	Visita guiada, Palestra e Projeto “Chá de memória”.
9	BA	Arquivo Público do Estado da Bahia	Não	Não	-
10	CE	Arquivo Público Estadual do Ceará	Sim	Sim	Projeto “Conhecendo o Arquivo Público do Estado do Ceará”.
11	MA	Arquivo Público do Estado do Maranhão	Sim	Sim	Visita guiada, palestras, oficina, eventos e exposições.
12	PB	Arquivo Público do Estado da Paraíba	-	-	-
13	PE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano	Sim	Sim	Visita guiada, palestras, Exposições temáticas, cinema no arquivo e Programa educativo “Caravana da Memória e da Cultura”.

14	PI	Arquivo Público do Estado do Piauí	Sim	Sim	Visitas, Exposições virtuais, capacitações, sala de referência, galeria de fotos.
15	RN	Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte	Não	Não	-
16	SE	Arquivo Público do Estado de Sergipe	Não	Sim	Visita, oficina, exposição presencial e virtual, publicações, acervo fotográfico.
17	DF	Arquivo Público do Distrito Federal	Sim	Sim	Exposições virtuais, publicações, visitas.
18	GO	Arquivo Histórico Estadual de Goiás	Sim	Sim	Visitas guiadas, palestras, exposições e oficinas.
19	MT	Superintendência de Arquivo Público do Mato Grosso	Sim	Sim	Visita guiada, Eventos, Capacitações, <i>Workshops</i> , Exposições virtuais e publicações.
20	MS	Arquivo Público Estadual do Mato Grosso do Sul	Sim	Sim	Visitas mediadas, Palestras, Cursos e Programa educativo: “O Arquivo vai à escola”.
21	ES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Sim	Sim	Visitas, publicação de livros, revista APESS, exposições, eventos culturais, postagens em <i>Instagram</i> e <i>Facebook</i> .
22	MG	Arquivo Público Mineiro	Não	Sim	Publicações, projeto de preservação e conservação.
23	RJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Sim	Sim	Visitas guiadas técnicas, Capacitações, Palestras e Treinamentos.

		Arquivo Nacional	Sim	Sim	Oficinas especializadas, Visitas, Cursos, Encontros, Seminários e Visitas educativas e técnicas.
24	SP	Arquivo Público do Estado de São Paulo	Sim	Sim	Possui um Núcleo de Ação Educativa. Oficinas pedagógicas, Cursos e Oficinas técnicas, Visita guiada, Sites temáticos, publicações, Exposições virtuais e Projeto: Documento em foco.
25	PR	Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná	Sim	Sim	Visitas guiadas e publicações de catálogos.
26	RS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	Sim	Sim	Visita guiada presencial e on-line, Oficinas, capacitação, cursos, publicações, jogoteca, (jogos autorais) e Consulta <i>on-line</i> de documentos.
27	SC	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Sim	Sim	Programa educativo: "A escola vai ao Arquivo", Visita guiada e Exposição virtual.

Fonte: Adaptado de Pessoa (2022) e Brandão (2023).

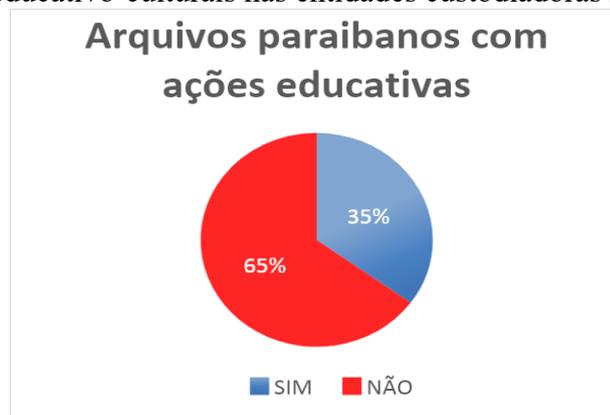
Observando o panorama trazido por Pessoa (2022) e Brandão (2023) percebemos que há sim ações educativo-culturais na maior parte dos arquivos estaduais brasileiros, sendo a incidência maior recaindo sobre as regiões do centro-oeste, sul e sudeste. No afunilamento dessa temática, Gomes e Santos (2023, p.110) fazem o recorte nas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos no Estado da Paraíba, precisamente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, e demonstram que a execução de ações educativo-culturais não chega sequer a 40% dessas, explicitando que

65% dos arquivos consultados em território paraibano, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, não há ações educativas e 35% têm, ou seja, **de vinte instituições em apenas sete existem ações educativas**. As ações presentes na parcela dos 35% são: visitas guiadas; visitas técnicas; palestras; seminários; debates; exposições; eventos; programas; projetos; cursos; cinema e oficinas (Gomes; Santos, 2023, p.111, grifo nosso).

Quadro 3: Instituições custodiadoras nas cidades de João Pessoa e Campina Grande

Nome do arquivo	Tem ações?	Quais?
Fundação Casa de José Américo	SIM	Visita guiada, Palestras e debates, Cinema comentado, Projeto Acesso Cidadão - ao Lazer, Esporte, Arte e Cultura
Arquivo Eclesiástico da Paraíba	NÃO	
Arquivo Público do Estado da Paraíba	NÃO	
Funesc – Fundação Espaço Cultural - Arquivo Histórico Waldemar Duarte	SIM	Cine Banguê, exposições, eventos
Gerência Operacional de Arquivo e Documentação da Paraíba	NÃO	
Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos	SIM	Seminários e palestras
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba	SIM	Programas e Ações, cursos
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	NÃO	
Universidade Federal da Paraíba - Arquivo Central	SIM	Visita guiada, visita técnica, oficina
Universidade Estadual da Paraíba - Arquivo Central	NÃO	-
Arquivo Central - Prefeitura de João Pessoa	NÃO	-
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	NÃO	-
Universidade Federal de Campina Grande - Arquivo Geral	NÃO	-
Arquivos Público Municipal – Campina Grande	NÃO	-
Museu Histórico de Campina Grande	NÃO	-
Museu de História e Tecnologia do Algodão	NÃO	-
SESI Museu Digital de Campina Grande	SIM	Cine Museu Digital, visitas guiadas
Museu de Arte Assis Chateaubriand	SIM	Visita guiada, Projeto de leitura
Instituto Federal da Paraíba	NÃO	-
Arquivo Afonso Pereira	NÃO	-

Fonte: Gomes; Santos, 2023, p. 111.

Gráfico 1: Ações educativo-culturais nas entidades custodiadoras no Estado da Paraíba

Fonte: Gomes; Santos, 2023, p. 110.

A questão que colocamos agora é de qual maneira as atividades desenvolvidas por essas poucas entidades retratam a diversidade da população brasileira, dos sujeitos, das histórias e das culturas através de uma perspectiva anticolonial.

2.2. Epistemologias anticoloniais

Neste tópico, trazemos definições de importância para o nosso trabalho, assim exemplificando: colonialismo, neocolonialismo, racismo, pós-colonial, descolonial, decolonial e epistemologias do sul. Introduzimos também a discussão acerca do potencial da difusão para o combate ao pensamento colonial.

Antes de aprofundarmos a temática das epistemologias anticoloniais, faz-se necessário contextualizarmos que toda sociedade que passou pelo processo de colonização europeia, sendo explorada das mais variadas formas (mesmo que posteriormente tenha conquistado a sua emancipação), ainda hoje sofre com os resquícios e as consequências das violências sofridas: individuais, sociais, culturais, econômicas, políticas e psíquicas, o que podemos nomear de colonialismo. De forma resumida, o colonialismo é uma prática que vem de uma ideologia de superioridade de um determinado povo sobre outro(s).

Santos (2022b, p. 11) define o colonialismo como “toda a degradação ontológica de um grupo humano por parte de outro: um dado grupo humano arroga-se o poder de impunemente considerar outro grupo humano como naturalmente inferior, quase sempre em função da pigmentação da pele”. O colonialismo não influenciou apenas a História no dito desenvolvimento da humanidade, o passado, como algo já consumado, mas influencia também o nosso presente e segue assim no nosso cotidiano, principalmente associado ao capitalismo e ao patriarcado, a tríade da dominação europeia.

Tanto o colonialismo quanto o patriarcado e o capitalismo operam juntos numa simbiose, um fomentando o outro numa constante retroalimentação, de tempos em tempos se remodelando para se adaptar a novos contextos e para conquistar novos espaços, exemplo disso é o que temos chamado de neocolonialismo⁵, que é uma nova forma de operacionalização do colonialismo. Santos (2022b) nos alerta que o fim do colonialismo histórico, enquanto ocupação territorial, não resultou necessariamente em um fim do colonialismo em si, mas que esse se adaptou e adquiriu novas expressões, tal qual o racismo.

⁵ Diferentemente do colonialismo clássico, em que o controle era territorial e direto, no neocolonialismo há um controle indireto dos países outrora colonizadores sobre os países antes colonizados. Exemplo disso é manutenção da dependência financeira e o fomento de guerras locais.

A ideia do racismo nasce em um contexto de contradição no século XVIII: de um lado a Europa com o seu Iluminismo e com a sua Revolução Francesa, celebrando o ser humano como centro do universo, cúspide da complexidade e arauto da Modernidade enquanto se brandava liberdade, igualdade e fraternidade; de outro lado a nefasta crença que todos aqueles que não fossem europeus sequer eram seres humanos, e por isso mesmo as palavras de ordem não se estendiam a eles e a escravidão seguia justificada – ou uma pauta para depois. A Europa se autodeclara ao mesmo tempo central e universal, o princípio criador do mundo.

Com a construção europeia do ser humano enquanto “nós” e “os outros”, temos conjuntamente o processo orgânico a partir dessa lógica da classificação e hierarquização entre povos, culturas, etnias, tons de pele etc., que moldou não apenas a relação de comunicação entre pessoas diferentes, mas serviu como elemento agregador ao colonialismo e à própria ciência na época e até depois. Almeida (2018, p. 22) ilustra esses fatos nos falando sobre Cornelius de Pauw e sua visão acerca dos indígenas estadunidenses, bem como sobre uma perspectiva animalésca “dos outros”:

Para o escritor holandês do século XVIII, os indígenas americanos “não têm história”, são “infelizes”, “degenerados”, “animais irracionais” e cujo temperamento é “tão úmido quanto o ar e a terra onde vegetam”. Já no século XIX, um juízo parecido com o de Pauw seria feito pelo filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel acerca dos africanos, que seriam, “sem história”, bestiais e envoltos em ferocidade e superstição”. As referências à “bestialidade” e “ferocidade” demonstram como a associação entre seres humanos de determinadas culturas/características físicas com animais ou mesmo insetos é uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de desumanização que antecede práticas discriminatórias ou genocídios até os dias de hoje.

Pela sua gênese, o racismo também teve e ainda tem a capacidade de se ajustar aos mais diversos contextos sociopolíticos, instalado e presente fundamentalmente nas estruturas das sociedades de uma maneira que muitas vezes sequer podemos vislumbrar as dinâmicas em que ele não atravesse, o que Almeida (2018) nomeia de racismo estrutural. Assim como o colonialismo, que há tempos chamamos de neocolonialismo, e até do próprio capitalismo e do patriarcado, o racismo também se ajusta ao tempo-espaço e adquire novas expressões, ora mais nítidas e ora mais sutis a depender da realidade e do contexto histórico da sociedade específica.

A fim de combater academicamente essas opressões, surgem as epistemologias anticoloniais - e aqui propositalmente usamos a primeira palavra no plural para demonstrar que apesar do objetivo ser o de combater “o perigo de uma história única” (Ted, 2009). Há, sim, uma pluralidade nas expressões e nas nuances nos estudos anticoloniais; a segunda palavra, “anticoloniais”, entra como um termo coringa para, até esse momento, não haver confusão entre

os termos que serão dissecados em breve, como: descolonial; decolonial; pós-colonial e epistemologias do Sul.

Apesar de Santos (2022b) nos alertar que essas diferenciações se concentram mais à nível acadêmico no Norte do mundo e que elas nem sempre são claras, e mais, que provavelmente fazem parte de disputas departamentais, ainda assim para nós se faz importante compreender as nomenclaturas por dois motivos, a saber: 1) Refere-se à chegada de uma vasta literatura anticolonial no Brasil que se utiliza desses termos, e sem a devida noção que há uma diferenciação, pode haver uma confusão no leitor leigo; 2) Situar o leitor qual perspectiva adotaremos no nosso trabalho.

Em ordem cronológica, temos primeiramente o termo pós-colonial, em que ele nos remete a duas premissas: a primeira referente à emancipação dos países que eram colônias europeias na Ásia e na África; A segunda que nos remete aos estudos acadêmicos, esses que surgiram nos anos 1960, mas que ganhariam destaque apenas nos anos 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra (Ballestrin, 2013). O pós-colonialismo não mina o uso de fontes eurocêntricas e se volta à compreensão da pré-colonização, da colonização e da pós-colonização dos países afetados. Temos autores como Gayatri Spivak (2010), Homi Bhabha (1998) e Chinua Achebe (2009).

Em segundo, agora já nos encontrando nos anos 1990, temos o termo descolonial, surgido na América Latina, que se concentra na hierarquização que a colonização provou em todos os eixos da sociedade, da política a cultura, estabelecendo a ideologia de que tudo o que não é europeu/branco é de segunda classe ou periférico, ao que damos o nome de colonialidade. Além disso, analisa a permeabilidade do colonialismo nas chamadas estruturas de poder e do saber, e aqui damos ênfase ao Aníbal Quijano (2005), mas tendo outros como Walter D. Mignolo (2007) e Nelson Maldonado-Torres (2022).

Outro termo que também há uma distinção de significância e *locus* epistemológico é o decolonial, que por sua vez pode confundir o leitor leigo com o descolonial, esse mencionado anteriormente. Os estudos decoloniais tiveram sua concepção a partir do grupo latino Modernidad/Colonialidad (M/C), no final dos anos 1990, e se posicionam contra a ideia de modernidade construída e moldada pela Europa, como bem nos aborda Mignolo (2007), além disso, eles são mais radicais quanto aos seus argumentos e seleções, nisso criticando os estudos pós-coloniais que se utilizam de autores europeus.

Importante fazer uma anedota sobre a tal modernidade, pois até hoje é o imaginário que fortemente se tem a respeito da História e de qualquer produção, científica ou não, que encerra

a Europa/branco no campo do que está avançado e superior e tudo aquilo que não é da Europa/não branco como atrasado e inferior. Sobre isso, Quijano (2005, p. 122) afirma que:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder.

Ainda sobre a diferenciação entre as epistemologias descolonial e decolonial:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial”... es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir.

La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas (Walsh, 2009, pp. 14-15).

Já se tratando a respeito das Epistemologias do Sul, essas mais recentes em comparação as demais, desenvolvidas nos anos 2000 a partir do Fórum Social Mundial, creditam validade para outros conhecimentos para além do científico, ainda defendendo a ideologia da troca entre culturas. Nesse sentido, Santos (2022b, p. 18) afirma que:

As epistemologias do Sul partilham com o pós-colonialismo a ideia de que o colonialismo não terminou. Contudo, insistem que a dominação moderna é constituída não só pelo colonialismo, mas também pelo capitalismo e pelo patriarcado. Tal como os estudos descoloniais, as epistemologias do Sul denunciam a destruição cognitiva e ontológica causada pela colonialidade, mas concentram-se na positividade e criatividade que emergem dos conhecimentos nascidos na luta contra a dominação e na forma como se traduzem em formas alternativas de conhecer e praticar à autodeterminação.

Por fim, explanadas as origens, as bases e as perspectivas dos estudos acima a fim de localizar o leitor na pesquisa, podemos condensar as propostas em um único termo e chamá-lo de estudos anticoloniais, uma vez que para nós não será adotada nenhuma epistemologia específica, mas sim um apanhado geral, já que todas têm suas contribuições aqui para o Sul global visando o enfrentamento da colonialidade do poder, termo cunhado por Quijano em 1989

e que dentre outros desdobramentos, também inclui o controle das subjetividades e dos conhecimentos.

Diante disso, os arquivos podem se valer dos estudos anticoloniais, independentemente do posicionamento teórico, para que na práxis da difusão se pondere a questão que a autora Chimamanda chama de “o perigo de uma história única” (Ted, 2009), ou seja, o quanto eles silenciam ou preterem informações por não estarem inclusas em uma “História oficial” e por não serem protagonizadas por sujeitos tidos e lidos com os heróis, sequer merecedores de protagonismo, como é o caso de pessoas negras, indígenas e qualquer outro povo/etnia que não pertencente à Europa.

Contudo, previamente é preciso que o sujeito branco, lido socialmente enquanto branco, compreenda que: 1) A Europa/branquitude não é o ápice da civilização, da modernidade e do futurismo; 2) Que o sujeito branco também é pertencente a um grupo, coletivo, comunidade ou “raça”, por isso ele fala a partir de um lugar, esse carregado historicamente de visões particulares e não universais (Ribeiro, 2019; Spivak, 2010); e 3) Que o trabalho com a difusão com os documentos e as informações presentes nos arquivos não pode ser apenas uma transferência, um processo passivo, pois “ensinar não é transferir conhecimento” (Freire, 1996, p. 21).

É necessário que os arquivos, enquanto instituições, e os próprios arquivistas se observem enquanto profissionais da informação, ou seja, àqueles que têm as chaves de acesso as informações que o público geral não possui, mas que ao obtê-las podem construir múltiplos conhecimentos e autonomia reflexiva acerca da própria vida e da vida social enquanto ações-reações contínuas. Além disso, que percebam o potencial da difusão no combate ao pensamento colonial e do apagamento histórico de diversos grupos da nossa História – seja ela nacional ou local. É preciso pensar em ações que reflitam esses interesses e reflexões.

A fim de continuar esta jornada investigativa, a seguir abordaremos a metodologia adotada, seus procedimentos, passos e critérios estabelecidos.

3. TRILHA METODOLÓGICA

3.1 Caracterização da pesquisa

Vejam agora uma contextualização a respeito desta pesquisa, situando o leitor no nosso universo e amostra. Temos também a discussão a respeito das ações educativo-culturais e da importância das metodologias anticoloniais para a sociedade, de maneira geral. Há também a caracterização do trabalho quanto à metodologia dele.

Enquanto Gomes e Santos (2023) demonstram que no Estado da Paraíba há instituições que executam ações educativo-culturais, este trabalho possuiu por proposta de dentro dessas instituições, agora apenas as localizadas na cidade de João Pessoa, saber se as ações têm uma abordagem anticolonial, quais são as abordagens realizadas e de que maneira elas acontecem. Com isso, analisar com atenção se houve uma mera intenção de transferência (Freire, 1996), se as entidades estão atentas à interseccionalidade (Colins; Bilge, 2020) e atentas para não caírem em estereótipos, que mais cedo ou mais tarde, controlam os sujeitos (Bueno, 2020).

Obviamente que neste ponto não podemos exemplificar com alguma ação empreendida por arquivos, mas aqui devemos lembrar que provavelmente todos nós quando crianças já vivenciamos alguma comemoração em âmbito escolar do “Dia do Índio”⁶, celebrada no dia 19 de abril. Nessas datas éramos fantasiados, pintados, fazíamos alguma dança e/ou assistíamos algum filme sobre “o descobrimento do Brasil”. Ações como essa reforçam estereótipos, uma vez que encerram em si uma imagem limitada acerca dos indígenas, e que, conseqüentemente, reforça a ideologia colonial e o racismo, perpetuando uma história única.

Outras ações que precisam de atenção são as que perpetuam a imagem das pessoas negras apenas como sofredoras e/ou fortes apesar de qualquer adversidade da vida, como se a negritude se resumisse ao sofrimento; assim como a característica da força, que por vezes é tida como uma conotação positiva, a depender do contexto limita a humanidade retirando de si qualquer possibilidade de uma complexidade emocional, como a vulnerabilidade, por exemplo. Cabe aos arquivistas ao trabalharem com a difusão da informação se utilizar das epistemologias anticoloniais para conduzir suas ações de forma arrojada, mas sem repetir erros seculares.

⁶ A própria nomenclatura era uma infâmia, hoje nos referimos a “povos originários”. Nessa época até o preconceito capacitista era abertamente abordado no tratamento de pessoas com deficiência, e isso mudou hoje. Com relação aos indígenas, já que índio é uma referência pejorativa, não se problematizava o massacre dos povos originários, praticamente se celebrava isso, reforçando o paradigma de uma educação opressiva, marcada por violência etnocida. Etnocídio é o genocídio físico e das mentes.

De acordo com Gomes e Santos (2023), das múltiplas ações que os arquivos desenvolvem estão: visitas guiadas; visitas técnicas; palestras; seminários; debates; exposições; eventos; programas; projetos; cursos; cinema e oficinas, ou seja, há um rol de possibilidades para trazer visibilidade a outros sujeitos que não apenas aos protagonistas de sempre. Todavia, faz-se importante frisar, mesmo que repetidamente, que o objetivo das epistemologias anticoloniais não é proporcionar um apagamento epistêmico, até porque quem faz isso é o colonialismo; o propósito delas, sim, é celebrar a diversidade dos sujeitos, e mostrar a originalidade de pensamento e inovação que já existia na cultura destes povos.

Diante do que foi exposto, para atingir os objetivos específicos traçados para este trabalho e com base nos arquivos levantados pela pesquisa de Gomes e Santos (2023), analisar como está materializada a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história; e apontar implicações quanto à formação cidadã de usuários resultante das atividades investigadas; escolhemos uma abordagem qualitativa, que apesar de alguns números, o cerne aqui são interações e implicações entre o grupo social selecionado e a problemática.

Quanto à natureza, este trabalho se configura enquanto aplicado, uma vez que tem a proposta de gerar novas informações científicas, todavia sem expectativas de uma aplicabilidade imediata nos arquivos pesquisados, até porque, recordemos, que ações educativo-culturais têm que ser planejadas e contínuas. Quanto aos objetivos, Gil (2008) nos descreve três grupos de pesquisa: o exploratório, o descritivo e o explicativo, e aqui decidimos adotar dois deles: o exploratório (bibliográfica) e o descritivo. Sobre o tipo exploratório Gil (2008, p.27) coloca que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. (grifo nosso).

Agora já acerca do tipo descritivo, o mesmo autor supracitado nos diz que:

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. **São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis**, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade (Gil, 2008, p. 28, grifo nosso).

Adotamos um levantamento bibliográfico e realizamos uma descrição do fenômeno associada a uma coleta de dados, essa realizada nas entidades custodiadoras localizadas na cidade de João Pessoa em que são realizadas ações educativo-culturais, visando o aprofundamento do conhecimento e da realidade que se encontram nessas instituições no que se refere à prática da difusão e em ações anticoloniais. A coleta de dados foi através de entrevistas semiestruturadas com o gestor da instituição ou com algum servidor/funcionário responsável disponível para colaborar com o processo.

3.2 Protocolo de coleta de dados: fontes de informação, universo e amostra

Neste tópico, explanamos a respeito das fontes de informação utilizadas para conseguir os dados necessários para esta pesquisa, tais quais o trabalho de Gomes e Santos (2023), o site do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) e do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ). Com finalidade metodológica e elucidativa, colocamos, nesta seção, imagens a fim de auxiliar leitores, futuros pesquisadores e pessoas leigas que desejem, por sua vez, acessar essas e/ou outras informações.

As informações foram obtidas através do trabalho de Gomes e Santos (2023), do site do CODEARQ, estabelecido pela Resolução nº 28 do CONARQ, e do DIBRARQ, empreendimento conjunto do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Precisamos pontuar que o CONARQ é o órgão responsável pelas definições das políticas nacionais nos âmbitos dos arquivos públicos e privados, e foi estabelecido pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

Abaixo seguem algumas figuras de como acessar e encontrar algumas informações mencionadas acima em seus respectivos sites – e como elas se apresentam.

Figura 1: Página inicial do site do CONARQ



Fonte: <https://www.gov.br/conarq/pt-br>

Imagem 2: Área dentro do site do CODEARQ destinada à consulta às entidades custodiadoras de acervos arquivísticos. A pesquisa é realizada por estado. Ao selecionar o estado desejado é aberta uma página dedicada as informações referentes a ele



Fonte: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/27servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas>

Imagem 3: Página dedicada ao selecionarmos o estado da Paraíba no site do CODEARQ



Fonte: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/28servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-da-paraiba>

Imagem 4: Página inicial do site do DIBRARQ



Fonte: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/>

Imagem 5: Exemplo de página dedicada ao Arquivo Público do Estado da Paraíba, dentro do site do DIBRARQ, ao se fazer uma pesquisa pelo nome da instituição. Podemos observar um exemplo do teor das informações que podemos encontrar

The screenshot shows the website interface for the 'Arquivo Público do Estado da Paraíba'. At the top, there is a navigation bar with links for 'APRESENTAÇÃO', 'COMO USAR', 'PESQUISA AVANÇADA', and 'ENTIDADES CUSTODIADORAS', along with an 'ENTRAR' button. The main header features the state's logo and the text 'Somos todos PARAÍBA Governo do Estado'. Below this, there is a search section titled 'Pesquisa no acervo da entidade custodiadora' with a search box and a 'Navegue em nosso acervo' button. The main content area displays the title 'Arquivo Público do Estado da Paraíba' and the entity name. It is divided into several sections: 'Área de identificação' (Identificador: PBAPEPB, Forma autorizada do nome: Arquivo Público do Estado da Paraíba, Tipo: Público do Executivo Estadual), 'Área de contato' (Endereço: Av. Abdias Gomes De Almeida, 800 - Subsolo das rampas 3 e 4, Localidade: João Pessoa, Região: Paraíba, Nome do país: Brasil, CEP: 58.042-900; Telefone: 55 83 3255-8714; E-mail: apepbdiretoria@gmail.com; Nota: https://goo.gl/maps/4YGzo3Scxy5RbC5d8), and 'Área de descrição' (Historico: Ano de Criação: 2018; Mandatos/Fontes de autoridade: O Arquivo Público do Estado tem como missão orientar/normatizar a gestão da documentação no âmbito estadual, nos seus mais diferentes níveis de organização, como meio para prover o acesso aos documentos, além de promover a preservação da memória; Estrutura administrativa: Vinculação Administrativa: Secretaria de Estado do Governo). On the right side, there is a section for 'Área de Transferência' with an 'Adicionar' button, and 'Contato principal' with the address: Av. Abdias Gomes De Almeida, 800 - Subsolo das rampas 3 e 4, João Pessoa, Paraíba, BR 58.042-900, and an 'E-mail' button.

Fonte: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-da-paraiba>

Através das fontes de informação utilizadas para esta pesquisa, percebemos vinte instituições custodiadoras na Paraíba recortadas para João Pessoa e Campina Grande: treze localizadas na capital João Pessoa e sete sediadas na cidade de Campina Grande, ocorrendo que dentre essas apenas sete realizam ações educativo-culturais, o que retrata a realidade que nos encontramos enquanto promoção dos arquivos e da área da Arquivologia no Estado. Agora delimitando para o nosso objetivo, ou seja, àquelas instituições localizadas na cidade de João Pessoa e que executam ações educativo-culturais, temos apenas cinco, conforme quadro abaixo.

Quadro 4: Entidades arquivísticas investigadas quanto ao propósito deste trabalho

	Nome da Instituição	Estado	Cidade	Ações Educativo-Culturais?
1	Arquivo dos Governadores Fundação Casa de José Américo	PB	João pessoa	Sim
2	Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos	PB	João pessoa	Sim
3	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba	PB	João pessoa	Sim
4	Universidade Federal da Paraíba - Arquivo Central	PB	João pessoa	Sim
5	Fundação Espaço Cultural - Arquivo Histórico Waldemar Duarte	PB	João pessoa	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

3.3 Procedimentos de análise e categorias

Abordamos aqui os procedimentos utilizados para se conseguir as informações junto aos arquivos que fazem parte da nossa amostra, bem como sobre o instrumento para tal. Encontra-se também o rol das perguntas que serviram como roteiro.

Para a coleta de dados, utilizamos o instrumento da entrevista semiestruturada e a escolha dele foi pensada para não cristalizar respostas e também para posteriormente, na fase de análise, observar se houve contradições nas respostas fornecidas, uma vez que os entrevistados teriam a liberdade de explanar livremente. Estabelecemos quinze perguntas centrais, postas abaixo, essas que no ato da entrevista poderiam se desdobrar em outras a depender das respostas concedidas, e estabelecemos cinco critérios ou palavras-chave, tais quais: racismo; povos indígenas, mulheres; intolerância religiosa e violência de gênero.

Para analisar como está materializada a diversidade dos sujeitos e das culturas, estipulamos as cinco categorias anteriormente citadas, essas que foram aplicadas ao longo das entrevistas semiestruturadas e posteriormente analisadas. A escolha por elas se deu por serem termos constantes na literatura anticolonial.

Sobre a escolha da entrevista semiestruturada como instrumento, Gil (2008, p.109) nos aponta que

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

A seguir, apresentamos o roteiro de nossa entrevista:

Pergunta 1: Com quem estamos falando? O Sr./Sra. poderia se apresentar? Pode incluir titulações, funções e/ou responsabilidades nesta entidade.

Pergunta 2: De que entidade estamos tratando agora?

Pergunta 3: o Sr./Sra. é o/a gestor/a esta entidade? Se não, está habilitado a participar dessa entrevista?

Pergunta 4: Este arquivo executa ações educativo-culturais? O Sr./Sra. possui conhecimento do que o termo se trata?

Pergunta 5: Dentre essas ações, o tema da diversidade se apresenta de alguma maneira? Se sim, como?

Pergunta 6: Como essas ações são pensadas? Há alguém ou uma equipe responsável para idealizá-las? Essas pessoas são responsáveis por essa função por alguma justificativa?

Pergunta 7: Essas ações são frequentes ou pontuais? São para um público específico?

Pergunta 8: A questão do racismo aparece ou já apareceu em alguma ação educativo-cultural realizada aqui? Se sim, em qual contexto? O que foi abordado?

Pergunta 9: Nessas ações foi mencionado a respeito dos povos indígenas? Se sim, em qual contexto? O que foi abordado?

Pergunta 10: E a respeito das mulheres ou da contribuição feminina à História materializada aqui neste arquivo, é uma temática abordada? De que maneira é abordado?

Pergunta 11: A intolerância religiosa é trabalhada de alguma maneira?

Pergunta 12: E a violência de gênero? Já foi pauta de alguma ação educativo-cultural?

Pergunta 13: E a respeito de outros sujeitos, populações, grupos ou temas, como por exemplo, etnias, quilombolas, Pessoas com Deficiência (PcDs), população rural ou camponesa? Poderia citar e contextualizar?

Pergunta 14: O Sr./Sra. acredita, com base nos documentos de arquivos que estão aqui, que podemos encontrar e aprofundar a questão da pluralidade de sujeitos que fizeram e fazem parte da nossa sociedade?

Pergunta 15: Para finalizar, os documentos de arquivos são imparciais? Eles representam ou podem representar uma diversidade? Se sim, como isso é ou poderia ser materializado?

Na próxima seção discutiremos os resultados e traçaremos algumas críticas a eles, sempre tomando por base o que preconiza os autores utilizados como referencial teórico.

4 A VERDADE DESARQUIVADA: RESULTADOS E CRÍTICAS

Demonstramos e discutimos agora os resultados obtidos com a pesquisa, bem como pontuamos algumas críticas que acreditamos serem pertinentes.

A primeira tentativa de contato com as instituições foi pelo e-mail constante nas páginas dedicadas no site do CODEARQ e do DIBRARQ, bem como do Google, em que houve uma apresentação sucinta nossa e da pesquisa, e o questionamento se a instituição poderia participar dela. Todavia, tivemos um feedback apenas da Fundação Casa José Américo, nas outras alguns e-mails retornaram com o aviso de erro ou não tivemos resposta alguma – o que, nesses casos, foi estabelecido um contato via WhatsApp diretamente com o gestor da instituição. Esses contatos foram conseguidos através da interação pessoal entre arquivistas e professores da área.

Aproveitamos esse espaço e o ensejo para falar que também deve fazer parte do trabalho e da agenda das instituições manterem seus dados atualizados juntos aos Órgãos Arquivísticos e do próprio Google, uma vez é que através desses dados de contato, como e-mails e números de telefone, que a sociedade, de maneira geral, pode entrar em contato para marcar entrevistas, tirar dúvidas, programar visitas técnicas etc. Essa falha representa mais uma lacuna dentre muitas que afasta os arquivos de uma imagem popular, acessível e supra necessária, sendo também mais um ruído na comunicação sociedade-arquivos.

Apesar de sabermos das limitações jurídicas que a esfera pública está submetida, seja no quesito de materiais que precisam de licitações para serem adquiridos ou mesmo de pessoal na carência de concurso público, se for o caso, não nos parece interessante que instituições públicas não tenham e-mails funcionais: que não funcionem, que deem erro, que tenham caixas de entrada cheias ou mesmo que o e-mail principal, do setor, tenha sido realizado por um servidor e posteriormente não repassado para outros mediante mudanças laborais. Como já mencionado, tal fato é mais uma barreira a qual o pessoal de arquivologia deve prestar atenção.

No quadro abaixo nem as instituições tampouco seus gestores foram mencionados, apenas as respostas fornecidas segundo os cinco critérios estabelecidos e se eles são ou não abordados nas ações educativo-culturais desempenhadas. Importante mencionar neste momento que a ordem do Quadro 5 a seguir não corresponde ao Quadro 4 anteriormente exposto, bem como que apesar dos contatos, o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos não nos forneceu respostas, assim não participando desta pesquisa, o que apesar de não alterar de maneira geral o panorama, é uma lástima.

Quadro 5: Panorama das instituições custodiadoras em João Pessoa quanto ações educativo-culturais em uma perspectiva anticolonial

Instituição	Racismo	Povos indígenas	Mulheres	Intolerância Religiosa	Violência de gênero
1	Não	Sim	Sim	Não	Não
2	Não	Sim	Sim	Sim	Não
3	Não	Sim	Sim	Não	Não
4	Sim	Sim	Sim	Não	Não
5	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Nas entrevistas, diversos pontos nos chamaram atenção, como o fato de que os próprios gestores das instituições custodiadoras se disponibilizaram a participar da pesquisa e de demonstrarem o total domínio a respeito dos assuntos questionados, uma vez que a participação poderia ter sido delegada a outro funcionário. Outro ponto positivo e interessante é o fato de que todos têm o conhecimento sobre o termo “ações educativo-culturais” e o que significa, um gestor ainda afirmando que o órgão que ele gere “tem uma responsabilidade com a cultura e a memória”.

Todos demonstraram realmente conhecer o que são ações educativo-culturais e os benefícios que elas podem fomentar nas suas instituições, e além, para a sociedade como um todo, uma vez que todos afirmam que nelas não há um público-alvo específico. Um dos gestores ainda deixou claro que dentre as atribuições expressas na resolução da instituição a que lidera está a difusão dos seus acervos, o que é excelente, uma vez que a difusão é uma das funções arquivísticas, igualmente importante às outras, e que ela é desempenhada mesmo com as limitações encontradas no cotidiano⁷.

Dentre as instituições pesquisadas, três gestores afirmaram que as ações executadas não são frequentes, algumas ocorrendo apenas quando há demandas externas por parte da sociedade e outras partindo de interesses internos, mas de maneira geral, esses relacionados a datas comemorativas específicas, como por exemplo, Dia da Consciência Negra no dia 20 de novembro e Dia dos Povos Indígenas, no dia 19 de abril. Apenas um gestor afirmou que a sua instituição realiza ações educativo-culturais de maneira frequente, pois elas fazem parte da política institucional.

Outro ponto que nos chamou atenção foi que todos os entrevistados afirmaram que a diversidade é uma questão nas suas ações educativo-culturais, mas que de maneira transversal

⁷ Um dos gestores mencionou a falta de pessoal no arquivo como uma justificativa para um não desenvolvimento à contento de ações educativo-culturais. Ele chegou a afirmar que precisaria ter uma equipe multidisciplinar para a concepção das ações, o que vai ao encontro das afirmações de Cabral (2012). Outros problemas mencionados foram o de espaço e o da comunicação com outros setores.

e não focal, e isso abre o questionamento e a reflexão sobre o que se pensa acerca da diversidade, se ela é vista apenas como uma pauta que pelo momento histórico atual deve ser tratada ou se como um reflexo orgânico de uma sociedade, afinal, somos todos diversos. Ainda nesse aspecto, na pergunta sobre intolerância religiosa, um gestor inclusive afirmou que o arquivo gerido por ele “não tem essa pauta de divergir, pois são ser humano (sic)”.

Interessante refletir como alguns desses critérios, principalmente aqueles lidos como racializados (racismo e intolerância religiosa) são deixados de lado ou lidos por uma tendência de supervalorização de um único grupo. Ora, se historicamente esses critérios já não são tratados, abordados e revisitados, inclusive academicamente, por conta do racismo estrutural, deveria fazer parte da agenda de instituições democráticas que lidam com a Memória, com a História e com a cultura o trabalho com eles a fim de adotar uma postura anticolonial perante o que é posto na sociedade.

Sobre o critério “Povos indígenas”, a Constituição Federal através do artigo 231, capítulo VIII, inovou juridicamente ao garantir aos povos indígenas o reconhecimento das particularidades de cada etnia, abandonando a ideia de assimilação cultural e assumindo assim uma nova perspectiva, de respeito à pluralidade e a diversidade. Os gestores podem ainda recorrer a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ou a organizações de apoio para se aprofundarem nessa questão, podendo, por exemplo, formarem parcerias para ações educativo-culturais.

Precisamos lembrar que datas comemorativas são datas simbólicas, marcos históricos e legais, importantes lembretes de algum fato e contexto histórico-social, mas que tampouco devemos resumir toda uma memória ou necessidade de mais visibilidade a um único dia. Além disso, a respeito do critério “mulheres”, todas as instituições investigadas alegaram que abordam essa temática, mas apenas uma foi mais detalhada na resposta, realizando eventos/seminários abertos com convites para professores especialistas explanarem sobre a temática determinada, a exemplo da prof^a. Dra. Solange Rocha⁸.

Os critérios “Racismo”, “Intolerância religiosa” e “Violência de gênero” são os menos trabalhados e explorados pelas instituições custodiadoras; inclusive, uma das instituições alegou essas faltas. Nenhuma instituição trabalhou a respeito da “Violência de gênero”, o que nos faz indagar: nos documentos presentes nos arquivos, inclusive dentre aqueles pertencentes

⁸ A Dra. Solange Pereira da Rocha é professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História/PPGH na Universidade Federal da Paraíba/UFPB. Possui Pós-Graduação na Universidade Federal de Pernambuco: Doutorado (2007, com intercâmbio na Universidade Federal Fluminense) e Mestrado (2001) e Especialização em Organização de Arquivos (USP, 1992). Em 2020 concluiu o Estágio Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra/CES-UC.

as Ouvidorias, não existe de forma alguma nenhuma menção as violências que mulheres, na sua maioria, podem sofrer? Será a temática muito sensível para ser abordada? O profissional responsável ou a equipe não está preparada para abordar a temática? O profissional responsável ou a equipe não considera a temática importante?

De supra importância reconhecer os desdobramentos que esta pesquisa pode ter, seja para reconhecer e delimitar os próprios objetivos, seja para reconhecer sua humilde inovação na associação entre a Arquivologia e as metodologias anticoloniais. A seguir, nos encaminharemos para as considerações finais.

5 AMPLIANDO OS OLHARES: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este modesto trabalho vem para contribuir com àqueles que vieram antes e com aqueles virão depois na busca incessante de compreender a diversidade dos sujeitos não como uma ameaça ou um demérito, mas como estratégia de preservação e um trunfo da humanidade em si. Desde o início, ao propormos os objetivos, sabíamos que não seria tarefa fácil ou rápida, pois primeiramente a área da Arquivologia possui quase todo seu arcabouço teórico em pensadores brancos e/ou europeus, e segundo na ousadia do próprio interesse de pesquisar a transversalidade dos temas aqui debatidos.

O nosso primeiro objetivo foi o de analisar como está materializada a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história, o que podemos afirmar que foi atingido, pois podemos perceber que certos critérios são abordados enquanto outros não. A exclusão também faz parte da ideologia colonial.

Excluindo a instituição que não participou da pesquisa, através do quadro 5 podemos notar as temáticas que são mais abordadas e àquelas que são negligenciadas, como “Racismo”, “Intolerância religiosa” e “Violência de gênero” nas ações educativo-culturais. Através dos relatos colhidos nas entrevistas, podemos e devemos pontuar que trabalhar tais eixos não é tarefa fácil, seja por limitações de conhecimentos ou mesmo porque formalizar as ações é um trabalho de equipe (e uma que seja especializada), o que carece em todas as instituições pesquisadas.

As instituições carecem de pessoal, de material e de capital para poderem se dedicar a função da difusão, essa que, como já esperávamos, termina por ficar em segundo plano em detrimento a outras funções mais emergenciais e demandadas no cotidiano, como a classificação, a avaliação e o recolhimento. Não sabemos explicar cientificamente o porquê, mas há uma hipótese de uma retroalimentação entre a falta de prestígio social por partes dos arquivos com o investimento para realizar à contento o compartilhamento de saberes com a sociedade. Se não há procura, por que se ocupar?

O segundo objetivo era sobre a implicação na formação cidadã dos usuários, o que aqui voltamos a frisar sobre a importância dos temas transversais para a educação de maneira geral, não apenas na superior, mas a de todos os níveis. Inclusive, a questão dos temas transversais é regularmente estudada nas licenciaturas e aplicada no ensino básico e médio para justamente familiarizar o alunado com a diversidade existente e comum na sociedade fora do âmbito familiar e escolar. Uma vez que o ensino faz parte do fazer humano e por isso mesmo não deve ser restringido a uma única fase, a mesma familiarização deve ser mantida por toda vida.

Nesse mundo secularmente moldado em invisibilidades, preconceitos e racismos estruturais, é dever dos arquivos, assim como de outras unidades de informação, como museus e bibliotecas, o dever de não apenas compartilhar o conhecimento por si mesmo numa ação enciclopédica. Isto é, o mero fazer reprodutivo da ação, mas fomentar o pensamento crítico através das ações educativo-culturais abordando também, mas não unicamente, os temas aqui tratados, estes que existem e que fazem parte do cotidiano do país, mesmo que para alguns o impacto seja mínimo ou até despercebido.

Na tentativa de costurar os objetivos, as hipóteses e os resultados, estabelecemos para a nossa metodologia uma abordagem qualitativa com um viés exploratório e descritivo, adotando um levantamento bibliográfico com descrições de fenômenos associado a uma coleta de dados. Ainda nesse caminho, foi deliberada também a escolha dos autores que usamos como base teórica, não com o objetivo de produzir uma voz única, mas de tentar aplicar na prática a transversalidade, a pluralidade de conhecimentos que tanto defendemos e que, por vezes, pode ser de difícil visualização e manejo.

Temos conhecimento que a pesquisa deve ser mais aprofundada e mais bem explorada, mas não seria a ciência feita de pequenas contribuições? Seja na questão da difusão da informação, seja na questão dos pensamentos anticoloniais e suas variações, o fato é que a transversalidade deve se fazer presente cada vez mais na área da Arquivologia, pois os arquivos fazem parte da sociedade e por isso mesmo cruzam por ele ou através dele todas as questões sociais. Se passa pelo crivo humano, não há imparcialidade e o reconhecimento disso, do “lugar de fala”, é imprescindível para que a ciência, de maneira geral, entre numa nova era.

Esperamos continuar tecendo as redes de conexão entre as metodologias anticoloniais e a Arquivologia, por mais que não tenha sido tarefa fácil pelas limitações encontradas, seja desde o contato com as instituições mantenedoras locais ou mesmo enquanto quantidade de produções científicas em português nessa temática. O próprio tempo é e foi um fator decisivo. Todavia, as lacunas suscitaram novas hipóteses e abrem espaço para futuras pesquisas envolvendo os critérios aqui estipulados, como por exemplo: qual o papel da difusão arquivística no combate ao patriarcado?

Como podemos observar ao longo deste trabalho, as instituições mantenedoras aqui pesquisadas exercem a função da difusão colocando em prática ações educativo-culturais, mas há uma subutilização das metodologias anticoloniais. Seja pela falta de equipes multidisciplinares, seja pela falta de conhecimento acerca de determinada temática ou critério, os arquivos não refletem a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história.

REFERÊNCIAS

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. Tradução: Vera Querioz da Costa e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/SNA/sna-2023/tema. Acesso em 12 de abr. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 7 out. 2024.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL, **Lei no 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRANDÃO, Leila dos Santos. **Ações educativo-culturais em arquivos lusófonos: uma proposta teórico-metodológica à Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP**. 2023. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2023.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/336>. Acesso em: 25 fev. 2024.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579834868.

COLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

GOMES, Lídia Santos do Nascimento; SANTOS, Eliete Correia dos. Difusão em arquivos paraibanos e ações educativo-culturais. **Archeion Online**, [S. l.], v. 11, n. Edição Especial, p. 104–116, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.2318-6186.2023v11nEdição Especial.68075. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/68075>. Acesso em: 25 maio. 2024.

HUNTLEY, Claire. **Archives and K-12 education: opportunities for collaboration**. Western Washington University. 2013. Disponível em: <https://cedar.wwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1267&context=wwuet>. Acesso em: 25 maio. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: S. C. Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores ; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

PESSOA, Kezia da Silva. **Ações educativo-culturais em arquivos públicos: uma proposta de website para os estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. 2022. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661>. Acesso em: 08 abr. 2024.

RAMOS, Érika Rodrigues de Maynard. **Os escribas e a cultura mnemônica: status e intermediação de práticas culturais no reino médio egípcio**. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São

Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14022019-102720/pt-br.php>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Arquivologia e educação: múltiplas abordagens. **P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 2, p. 63–87, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n2.p63-87. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5628>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Aula Magistral). O lugar da ciência nas epistemologias do sul. **YouTube**, 01 de abril de 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9sx5WUYysKU>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa.. **Descolonizar: abrindo a história do presente**. Tradução: Luis Reyes Gil. Belo Horizonte: Autentica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022b.

SANTOS, Keyla; BORGES, Jussara. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 24, n. 49, p. 311–342, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/504>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6ª ed. FGV, 2006.

ŞENTÜRK, Burçak. The use of archives in education: examples from abroad. **International Journal on New Trends in Education and Their Implications**. v. 4, 2013, p. 108–114. Disponível em: <https://arastirmax.com/tr/system/files/dergiler/111041/makaleler/4/1/arastirmax-use-archives-education-examples-abroad.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2024.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TED. Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história. **Youtube**, 7 de out. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>. Acesso em: 13 abr. 2024.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado,

O (A) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS EM ARQUIVOS PESSOENSES: CONTRIBUIÇÕES EM UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL** (o título e/ou subtítulo pode sofrer alterações), sob a responsabilidade de: **SAULO DE TARSO DE OLIVEIRA GOMES** e da orientadora **DRA. ELIETE CORREIA DOS SANTOS**, de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

JUSTIFICATIVA: De acordo com Craven (2008), a missão dos arquivos centra-se na custódia e armazenamento de documentos selecionados para conservação permanente, bem como na prestação de um serviço público, que inclui funções específicas nas quais se enquadram, entre outras, o apoio ao ensino e à história local e à captação de novos públicos. Impulsionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, as competências dos profissionais dos arquivos passam a envolver novas áreas, conciliando, por exemplo, a familiaridade com a diplomática de documentos medievais com a capacidade de pesquisa de informação genealógica e histórica na Web.

Na 7ª Edição da Semana Nacional de Arquivo, o Arquivo Nacional do Brasil destacou a importância de olhar os arquivos e os territórios de vidas. A temática destaca que os arquivos são instituições responsáveis pela preservação, a guarda, o acesso e a difusão de registros de vidas de diferentes épocas. Essas ações estratégicas são desempenhadas por pessoas que, no exercício de seus ofícios, contribuem cotidianamente para que a relevância do vivido no passado siga ativa no presente e no futuro.

Inspirados nestas discussões, decidimos no projeto trazer as reflexões das metodologias decoloniais. O movimento decolonial critica o papel da ciência no que se refere à tríade: patriarcalismo, colonialismo e capitalismo. Segundo Santos (2022), não devemos descartar o conhecimento deixado pelo colonizador, mas utilizar de seletividade nas informações. As

epistemologias do Sul partem do pressuposto de que a ciência é um conhecimento válido, mas não é o único conhecimento válido; há outros conhecimentos. (SANTOS, 2022). Os estudos decoloniais, a princípio, não admitem uma separação entre sujeito e objeto, mas sugerem que sejam partes integrantes de uma busca coletiva, colaborativa, sem superiores. (BATISTA, 2020).

OBJETIVO: O objetivo geral do projeto é analisar se os arquivos refletem a diversidade dos sujeitos e das culturas que dão forma à nossa sociedade e à nossa história a partir do acesso ao cidadão e à instituição escolar.

MÉTODO: Adotaremos um levantamento bibliográfico e realizaremos uma descrição do fenômeno associada a uma coleta de dados, essa que será realizada nas entidades custodiadoras localizadas na cidade de João Pessoa em que são realizadas ações educativo-culturais, visando o aprofundamento do conhecimento e da realidade que se encontram nossas instituições arquivísticas no que se refere à prática da difusão e em ações anticoloniais. A coleta de dados será através de entrevistas semiestruturadas com os gestores das instituições ou com algum servidor/funcionário responsável disponível para colaborar com o processo.

Apenas com sua autorização realizaremos a coleta dos dados.

MÉTODO: Adotamos um levantamento bibliográfico e realizamos uma descrição do fenômeno associada a uma coleta de dados, essa realizada nas entidades custodiadoras localizadas na cidade de João Pessoa em que são realizadas ações educativo-culturais, visando o aprofundamento do conhecimento e da realidade que se encontram nossas instituições arquivísticas no que se refere à prática da difusão associada a ações anticoloniais. A coleta de dados foi através de entrevistas semiestruturadas com os gestores das instituições ou com algum servidor/funcionário responsável disponível para colaborar com o processo.

POSSÍVEIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Uma vez que o método de coleta de dados será uma entrevista semiestrutura, há a possibilidade de durante a entrevista, com base em respostas previamente dadas pelo próprio entrevistado, que alguma pergunta feita gere algum desconforto, uma vez que a temática da pesquisa envolve questões de raça, etnia, colonialidade etc. Como benefício, após o produto final da pesquisa pronto, esperamos que ela possa

contribuir para que as instituições pesquisadas analisem as suas ações educativo-culturais e reflitam em como podem melhorá-las para pautarem a questão da diversidade de sujeitos.

O desenvolvimento da pesquisa se dará de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade dos participantes, antes, durante e após a finalização do estudo. Será garantido que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes, no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas. (Res. 466/2012, IV. 3. g. e. h.)

Em caso de dúvidas, você poderá obter maiores informações entrando em contato com **SAULO DE TARSO DE OLIVEIRA GOMES** através dos telefones 83 9 8124-7424 ou através dos e-mails: saullitto@gmail.com. Caso suas dúvidas não sejam resolvidas pelos pesquisadores ou seus direitos sejam negados, favor recorrer ao Comitê de Ética em Pesquisa, localizado no 2º andar, Prédio Administrativo da Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, Telefone 3315 3373, e-mail: cep@uepb.edu.br e da CONEP (quando pertinente).

REFERÊNCIAS CITADAS NA FINALIDADE

BATISTA, D. M. L. Princípios de metodologias decoloniais em letras e linguística. In: **I Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade**; XIX Encontro de Letras. Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2020, p. 1-14.

CRAVEN, L. **What are Archives? Cultural and theoretical perspectives: a reader.** Aldershot: Ashgate, 2008.

SANTOS, B. S. (Aula Magistral). O lugar da ciência nas epistemologias do sul. **You Tube**, 01 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9sx5WUYysKU> . Acesso em: 06 de mai. 2023.

CONSENTIMENTO

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS EM ARQUIVOS PESSOENSES: CONTRIBUIÇÕES EM UMA PERSPECTIVA ANTICOLONIAL e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu _____ autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

João Pessoa, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador